



## INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E HISTÓRIA PARÂMETROS PARA ENTENDERMOS O PASSADO E CONSTRUIR O FUTURO

Maurice Politi

Administrador de empresas- Ex Preso Político entre os anos 1970 e 1974  
Diretor do Fórum dos Ex Presos e Perseguidos Políticos do Estado de SP  
Diretor do Núcleo de Preservação da Memória Política  
Ex-coordenador geral do Programa "Direito à Memória e à Verdade" da  
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Sinto-me honrado ao ter sido convidado para redigir estas linhas para mais um boletim do projeto "Memórias da Resistência", vinculado ao Instituto Praxis de Educação e Cultura da cidade de Franca.

Desde que soubemos, no Núcleo de Preservação da Memória Política em São Paulo, da descoberta dos documentos do ex DEOPS numa fazenda em Jaborandi, ficamos entusiasmados com o empenho e a dedicação dos que levaram a cabo esta descoberta e posteriormente com o seu desenvolvimento num projeto de resgate da memória coletiva desta cidade.

O professor Laurent Olivier nos diz que "revelar a verdade do que se passou é, antes de tudo, uma exigência da consciência". Desta maneira, a vasta produção de textos autobiográficos e de experiências relatadas a pesquisadores através de depoimentos, que foram editados, desde a promulgação da Lei de Anistia em 1979, já se constitui num acervo considerável e em fontes inesgotáveis de experiências de vida. E se não temos ainda o total acesso aos arquivos da época da repressão no Brasil, principalmente os provinidos das casernas, estes relatos e documentos encontrados – como os de Jaborandi- constituem-se então na fonte primária do conhecimento para estabelecer a verdade do que se passou, já que como conclui o mesmo professor Olivier "não se pode viver humanamente em um mundo de segredo e mentira".

A importância fundamental do resgate da memória, em qualquer circunstancia, significa dar-nos elementos para contextualizar aspectos informativos que certamente possibilitarão ressignificar o passado, ajudando-nos a posicionar-se frente ao presente. E se não queremos confundir o estudo ou a investigação do passado com a pura nostalgia, deveremos ver neste passado o guia para a

construção de um futuro com valores e princípios democráticos e de respeito à Pessoa Humana.

Neste momento em que no Brasil se decidiu finalmente constituir uma Comissão da Verdade, é nossa obrigação contribuir para que esta Comissão tenha todos os meios para revelar o que ainda não se conhece, de dizer o que realmente houve no Brasil durante estes anos tenebrosos e principalmente dar a conhecer as estruturas internas do aparelho civil-militar, jurídico e legal, que se associaram para a violação sistemática dos direitos do povo e de seus legítimos representantes.

A idéia primeira da Comissão da Verdade através do princípio de "dar voz às vítimas" é de que é dever de todos os que conheceram de perto estas violências, as torturas, os desaparecimentos e as mortes, fazer com que este período de nossa história e suas características não caia no esquecimento para, desta maneira, não contribuir para que a Memória se transforme em Amnésia.

Cabe a nós, os que militamos na área dos Direitos Humanos, os que pesquisamos, estudamos e denunciemos suas violações, tanto passadas como presentes, aos que ainda se indignam quando lêem monografias, autobiografias e textos sobre este período, sermos os porta-vozes da Sociedade Civil

na mobilização pela Verdade, Memória e Justiça.

Somente desta maneira, poderemos consolidar as práticas democráticas, motivando a formação de cidadãos sensíveis e conscientes sobre a importância do exercício da liberdade, da cidadania e da observação da tolerância e não discriminação de qualquer ordem.

**REVELAR A  
VERDADE DO  
QUE SE  
PASSOU É,  
ANTES DE  
TUDO, UMA  
EXIGÊNCIA DA  
CONSCIÊNCIA**

## ESQUECIMENTO E IDENTIDADE

Leonardo Stockler – graduando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP-Franca e assistente de pesquisa do projeto "Memórias da Resistência"

Não é recente a ideia de que um sentimento de identidade nacional depende, diante de tantos elementos, da noção de um passado compartilhado. Não é recente também a sugestão de que, após tantas tentativas frustradas de construir próteses para nossas lacunas histórico-culturais, o passado tenha aquele cheiro de móvel velho, tão desinteressante. Não é recente procurar culpados que possam justificar as nossas atuais condições, a nossa memória preguiçosa, e o nosso silêncio diante de tantos gritos.

É recente, contudo, dar ouvidos a este mesmo silêncio (perguntando-nos sobre os seus significados) à medida em que ele aparece como camisa-de-força, como um mecanismo usado sabe-se lá por quem e sabe-se lá por quê, para obscurecer as fatalidades, lacunas de nossa história. Há esforços presentes mais do que necessários para dissipar este silêncio. E diante dos esforços opostos – às vezes conscientes, às vezes não – toda informação brilha como um vagalume frente à escuridão da lembrança. Na verdade, soam até como breves lampejos.

À parte todo o pessimismo dessa imagem, encontramos, do lado de cá, a voz daqueles que não querem silenciar os vagalumes. A escuridão confunde a nossa direção, como se seguissemos sem Norte, para um precipício de violência e descaso, onde reina a intolerância e, sobretudo, a ignorância. O breu do presente é composto pelo silêncio em que vestimos o passado. A possibilidade de nos localizarmos neste tempo presente - acrescentando ao irônico otimismo que envaidece as nossas forças econômicas a certeza de um sentido nacional a partir de um passado compartilhado - depende, quase que exclusivamente, da exorcização desse silêncio.

Não é coincidência que descobertas como as que fez Cleiton Oliveira, ou as iniciativas da Comissão da Verdade e do Memórias da Resistência, ou mesmo as novas abordagens historiográficas que recebe o espinhoso tema da Ditadura Militar, soem tão recentes quando confrontadas com a infantilidade travestida de teimosia que conduz o lugar-comum da memória de nosso povo. Terrível foi, terrível é, terrível será todo e qualquer silêncio que cale a indignação.

## O BERRO

O jornal “O Berro” era um dos meios de comunicação e de publicação dos ideais das FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional) na cidade de Ribeirão Preto na década de 1960. Após ter sido desmantelado o jornal, assim como o



grupo, pararam de funcionar. Entretanto, hoje em dia “O Berro” se tornou uma revista online gerenciada por “Vanderley Caixe” com uma lista de mais de 800 mil e-mails. Nota-se que esta capa de um dos números foi recuperada do SOPS (Serviço de Ordem Política e Social) e é uma fonte histórica riquíssima.

## MEMÓRIAS DA RESISTÊNCIA

“Memórias da Resistência” é um projeto na cidade de Franca - SP premiado pelo edital de Mídias Livres do Ministério da Cultura e vinculado ao Instituto Práxis de Educação e Cultura (IPRA), que se deu a partir de documentos do dops encontrados por um cortador de cana em uma casa abandonada em meio a um canalial e busca resgatar a memória daqueles que lutaram contra a ditadura militar brasileira (1964-1985) a favor de um Estado democrático. O carro-chefe do projeto é um vídeo documentário em fase de edição, além disso, são publicados boletins bimestrais, assim como um site na internet ([www.memoriasdaresistencia.org.br](http://www.memoriasdaresistencia.org.br)) e ao final do projeto será lançado um livro sobre o tema.

**Errata:** no último boletim (número 2) no texto “Audiovisual como instrumento de Memória” o autor ao invés de citar o “Arquivo Público Nacional” quis dizer “Arquivo Público do Estado de São Paulo”.

CO-PRODUÇÃO

**OZ**  
produtora

PARCERIA

cineclube  
**PARA  
CATU  
ZUM**

**UFTM**

**M**  
MEMÓRIAS  
REVELADAS

**NM**  
NÚCLEO MEMÓRIA

APOIO CULTURAL

**COMPACTA**  
GRÁFICA E EDITORA

São Carlos - SP | (16)3371-1404

REALIZAÇÃO

**IPRA**

PATROCÍNIO

CONVÊNIO  
**Mídia  
Livre**

Ministério da  
Cultura

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Instituto Práxis: R. Diogo Feijó, 1956 - Estação  
CEP: 14405-212 - Franca - SP  
[www.institutopraxis.org.br](http://www.institutopraxis.org.br)  
[ipra@institutopraxis.org.br](mailto:ipra@institutopraxis.org.br)

**IPRA**

(16) 3012-4298 | (16) 9195-7153